Recuperação, reconstrução económica (notas gerais)

Geração descentralizada de riqueza – economia industrial de classe média.

Crescimento medido por prosperidade da família média.

E não pelo grau de saque que é acessível a consórcios.

Foco em **geração** de nova riqueza, não em redistribuição de agregados.

Descentralização, PMEs e coops, desmantelamento anti-trust de consórcios.

Crescimento, criatividade, diversidade, inovação – agora nos sentidos reais.

Descentralização económica, produção industrial e de classe média.

Anti-trust, desmantelamento de megaconsórcios.

Poder fiat estatal usado para criar economia média (e.g. biocombustíveis).

Planeamento indicativo, orientado em prol da família média, e não do estado.

O e.g. de produção descentralizada de biocombustíveis por quintas familiares.

Regulação equidistante e imparcial para <u>todos</u>.

Lei simples e elegante.

Igual e fácil acesso a tribunais.

Protecções comerciais e tarifárias.

Protecções comerciais e tarifárias para a economia do país.

Colecta fiscal resultante usada para desenvolver o país.

Modelo político e de estado – democracia liberal.

Reforma e regulação do sistema financeiro.

Instituição de Glass-Steagal Act para travar especulação no vazio (derivativos).

Separar banca comercial de investimento para evitar lixo especulativo.

Reforma sistema financeiro (megabancos, seguradoras, hedge funds, etc.)

Derivativos são anulados.

Predadores financeiros: bancarrota, partidos em tranches, reprivatizados.

Novo sistema de banca, honesto, descentralizado e bem regulado.

Protecções sobre bens financeiros nacionais.

Reforma da banca central.

O fim do banco central privatizado.

Banco central torna-se público, transparente, responde a Parlamento.

Transacções reguladas, transparentes, equidistantes e imparciais com economia.

Reforma da banca central – breve historial de banca central privatizada.

Banca mercantil usa historicamente bancos centrais como armas económicas.

Clearing houses privatizadas para assumir controlo de espaços económicos.

Bancos centrais privatizados colocam todos na posição de rendeiros.

O fim do sistema CMC privado.

CMC permite a privados criar dinheiro do nada, em esquemas em pirâmide.

É uma prática antisocial e danosa.

CMC permite que bancos privados criem gigantescas bolhas de lixo financeiro.

Sistema muito imperfeito, não pode ser confiado nem a público nem a privados.

Sistema de crédito – crédito público, monetização de recursos (economia média).

Emissão de crédito público, colateralizado com receitas futuras.

Monetização livre e descentralizada de recursos (basket), por famílias médias.

Modelo tem de ser extremamente bem regulado, e sempre acompanhado de...

Protecções financeiras contra alta finança, no registo Glass-Steagal.

Anti-trust.

Favorecimento constitucional da economia de classe média (PMEs, coops).

Crédito público, emitido pelo Tesouro.

Estado usa poder soberano de criação fiat de crédito público.

Tesouro (talvez por banco central público), sistema de agências (eg land banks).

Sistema monetário responde a Parlamento.

Empresta directamente a todo o público (i.e. sem middlemen privados).

Sistema tem de ser bem regulado e totalmente transparente.

Como aliás, todo o estado (que tem de ser pessoa de bem).

Crédito público com colateral estável.

Expressar crescimento real e investimento para crescimento.

Colateralização com impostos futuros (de preferência, tarifas).

Colateralização por pagamento de baixas taxas de juro.

Monetização de recursos pela middle economy.

Apenas sob descentralização de classe média, regulação extremamente rigorosa.

Caso contrário, don't even bother.

(Alta finança e outros predadores vivem para sequestrar sistemas deste género).

Diversificação de recursos – e, **medidas estritas contra concentração**.

Monetização de recursos GEF – a cooptação predatorial de uma boa ideia.

Moeda – Fixed parities vs emissão a acompanhar crescimento real na economia.

Critério permanente de valor, por fixed parities.

OU emissão a acompanhar sempre riqueza existente e produção real futura.

Apenas economia descentralizada classe média, apostada em crescimento contínuo.

Investimento → crescimento → mais investimento → mais crescimento → etc.

Evitar inflação monetária e miopia monetarista.

Bom sistema de cálculo e contrabalanços de valores monetários.

Sobre Tesouro e não sobre família média.

Moeda tem de existir para desenvolvimento, prosperidade, emprego, poupanças.

Dinheiro ao serviço do homem e não o contrário (i.e. monetarismo).

Breve descrição da brutalidade monetarista.

WILLIAM SHAW e os critérios para bom fiat estatal (1939).

Geração descentralizada de riqueza – economia industrial de classe média.

Crescimento medido por prosperidade da família média.

E não pelo grau de saque que é acessível a consórcios.

Foco em **geração** de nova riqueza, não em redistribuição de agregados.

Descentralização, PMEs e coops, desmantelamento anti-trust de consórcios. A ideia de crescimento e desenvolvimento económico volta a ser medida pelo grau de prosperidade da família média no território, por oposição ao grau de saque que é acessível ao grande consórcio que sequestra o território (esse é o critério actual). Isso significa que o foco essencial é sempre colocado na geração de nova riqueza; e não na redistribuição de riqueza agregada. Para gerar riqueza, é preciso ter uma economia vigorosa e produtiva, portanto aposta-se naquilo que é justo e que funciona: desenvolvimento económico descentralizado e democratizado, guiado por produção económica de classe média. PMEs e coops são colocadas no papel de protagonistas da economia, enquanto o controlo (ilegítimo) actualmente exercido grandes consórcios existentes é desmantelado.

Crescimento contínuo, criatividade, diversidade, inovação – agora nos sentidos reais. «*Rising tides lift all boats*», como JFK dizia. Se uma economia for metaforicamente vista como um *pão*, isso significa que uma economia de mercado livre de classe média é uma na qual existem muitas pessoas diferentes a produzir muitos tipos de pão, e a inventar diferentes formas de fazer pão. Isto surge em óbvia contraposição ao tipo de estagnação centralizadora e mercantilista que nos traz até ao ponto actual, de crise económica e quebra sistémica da economia global. Em vez de ter as pessoas a disputar um pão bolorento a peso de ouro (como hoje acontece), a quantidade de pães pode ser progressivamente aumentada, de tal forma a que todos possam usufruir de fatias cada vez maiores e, até, fabricar as suas próprias fatias.

Descentralização económica, produção industrial e de classe média.

Anti-trust, desmantelamento de megaconsórcios. É preciso apostar naquilo que é justo, e funciona. E isso é produção industrial capitalista de classe média, onde PMEs e coops estão no papel de protagonistas da economia. Portanto, existe legislação *anti-trust* rígida que particiona monopólios e cartéis existentes, e descentraliza o mercado. Grandes empreendimentos são autorizados apenas e somente em áreas que não possam ser desenvolvidas pela acção concertada de PMEs. De preferência, esse papel é feito por empresas estatais, criadas para o efeito. Até aí o princípio da descentralização tem de imperar. Uma empresa estatal tem de ser particionada em diferentes secções independentes entre si, como franchises subsidiárias (uma aplicação legítima destes conceitos à actividade económica do estado). Tem de ser sempre encarada como um empreendimento a prazo. O ideal a alcançar é o dia em que nenhuma entidade tenha controlo absoluto sobre *nenhum* sector do mercado.

Poder fiat estatal usado para criar economia média (e.g. biocombustíveis).

Planeamento indicativo, orientado em prol da família média, e não do estado.

O e.g. de produção descentralizada de biocombustíveis por quintas familiares. O modelo do desenvolvimento por meio de PMEs é abertamente abraçado pelo estado. O estado usa o seu poder soberano de emissão de crédito público (IOUs Tesouro) para financiar o desenvolvimento da trust pública. Isso significa que avança crédito público barato para pequena e média produção em todos os sectores (indústria, agricultura, serviços) – é preciso reconstruir *toda uma economia*. Também significa que investe em obras públicas necessárias para uma economia moderna. Têm de existir algumas direcções indicativas para desenvolvimento rápido da economia de PMEs e coops. E é claro que isso nunca pode significar planeamento central para aumentar o poder do estado. Pelo contrário, tem de funcionar para o desenvolvimento ***independente*** da família média em si. Por ex., num país deficiente em recursos energéticos, como Portugal, seria essencial assegurar uma boa rede nacional de pequena e média produção energética. Isso seria facilmente feito por meio de biocombustíveis produzidos na quinta familiar (como era o sonho de Diesel); aqui também seria necessário desenvolver a tecnologia e a maquinaria necessária para isso, o que proporcionaria a ascensão de toda uma indústria de PMEs à volta desse tema.

Regulação equidistante e imparcial para todos.

Lei simples e elegante.

Igual e fácil acesso a tribunais. Regulação equidistante e imparcial para todos os grupos e entidades. Sem a qual o que existe é crime organizado. Em todos os casos, a lei tem de ser simples e elegante, de tal forma que todos a possam compreender. Tem de ser tal que qualquer um se possa facilmente tornar letrado na lei e agir como o seu próprio jurista/advogado. Da mesma forma, tem de haver igual acesso de todos, garantido pelo estado, ao sistema judicial. Aí, os diferendos têm de ser resolvidos por julgamentos rápidos, transparentes e imparciais, com a convivência entre julgamento por magistrados e por pares.

Protecções comerciais e tarifárias.

Protecções comerciais e tarifárias para a economia do país.

Colecta fiscal resultante usada para desenvolver o país. É preciso proteger a economia do país por meio de cláusulas comerciais e tarifárias. A família média é mais importante que os shareholders da Goldman Sachs, da BP e de qualquer multinacional predatória – é assim que as coisas são. Portanto, quando alguém quer entrar para vender lixo extremamente barato produzido por escravos no 3º mundo, pode fazê-lo à vontade; mas

paga uma tarifa substancial pelo direito de o fazer. A colecta daí resultante é usada para pagar dívidas públicas e para levar a cabo programas estatais (e.g. serviços sociais, obras públicas). Ao mesmo tempo, substitui largamente a taxação sobre a população do país.

Modelo político e de estado – democracia liberal.

(ver notas sobre ***Democracia Liberal*** em ***Modernismo***)

Reforma e regulação do sistema financeiro.

Instituição de Glass-Steagal Act para travar especulação no vazio (derivativos).

(Separar banca comercial de investimento para evitar proliferação de lixo especulativo). Os mercados financeiros têm de ser regulados de forma a impedir especulação financeira disruptiva. A lei Glass-Steagal, aprovada em 1936 durante o New Deal [*e banida durante os anos 90 por Gore, Rubin e outros, para dar início à sangria do planeta com derivativos*] oferece o template básico para resolver esta questão. Isto significa que o estado coloca sob controlo a gigantesca massa de derivativos que agora funciona como um buraco negro que se expande e agrava a cada nova injecção de dívida pública.

Reforma sistema financeiro (megabancos, subsidiárias, seguradoras, hedge funds, etc.)

Derivativos são anulados.

Predadores financeiros declarados em bancarrota, partidos em tranches, reprivatizados.

Novo sistema de banca, honesto, descentralizado e bem regulado.

As entidades financeiras predatórias e tecnicamente falidas (vampiros mortos-vivos que sobrevivem pela absorção de vida) que controlam o mercado de derivativos recebem o tratamento que todos os agentes económicos recebem sob falência: são levadas ao Tribunal de Contas, declaradas na bancarrota e os seus bens são submetidos a triagem. Aqui, é óbvio que derivativos são pura e simplesmente declarados ilegais (porque são instrumentos tecnicamente criminosos) e anulados. Qualquer esquema em pirâmide na sociedade seria declarado ilegal e punido com prisão; este não é uma excepção. São passadas regulações no modelo da Glass-Steagal para evitar toda e qualquer proliferação de derivativos no futuro. As entidades em bancarrota ficam sob alçada estatal, são reorganizadas, partidas em tranches mais pequenas, reprivatizadas. A banca que daí resulta é bem regulada, tem poderes limitados no mercado (e é estritamente regulado para evitar qualquer tipo de colusão de cartel), existe para cumprir o papel que boa banca é suposto cumprir: existe para assegurar poupanças e transacções legítimas de capitais e avançar empréstimos à economia. Neste último ponto, empréstimos, estamos

a falar de dinheiro ganho com lucros legítimos e/ou reempréstimos de dinheiro proveniente do Tesouro, sob condições específicas negociadas entre o banco e o cliente (que teriam de ser bastante vantajosas, uma vez que o Tesouro vai emprestar directamente à economia).

Protecções sobre bens financeiros nacionais. Outro ponto determinante aqui é o da existência de salvaguardas e protecções (uma forma de firewall) sobre a economia nacional, contra ataques especulativos por meio de short-selling. Os IOUs estatais não podem estar em mera flutuação nos mercados com um alvo em cima que diz, have a field day banker boys. Isto não envolve isolacionismo; apenas regulação estrita para impedir o género de anarquia abusiva que existe hoje. Todas estas medidas (e esta mais que as restantes) seriam ideais se feitas por vários países em concertação mútua, embora nunca caíndo no tipo de formato de fixed exchange rates por bloco nos moldes de Robert Mundell.

Reforma da banca central.

O fim do banco central privatizado.

Banco central torna-se público, transparente, responde a Parlamento.

Transacções reguladas, transparentes, equidistantes e imparciais com economia. A criação de um sistema realmente público tem de passar pela inteira redefinição desse modelo, a par da redefinição dos moldes de emissão e de circulação de crédito. Um banco central realmente *público* tem de ser inteiramente transparente; tanto como um governo realmente público. Tem de ser inteiramente regulado e ser fiscalizado em todos os seus movimentos pelo público, de modo directo e através dos seus representantes eleitos, o Parlamento. Uma tal instituição não pode ter laços privilegiados com nenhuma instituição privada, apenas transacções reguladas, equidistantes e imparciais com todas elas.

Reforma da banca central – breve historial de banca central privatizada.

Banca mercantil usa historicamente bancos centrais como armas económicas.

Clearing houses privatizadas para assumir controlo de espaços económicos.

Bancos centrais privatizados colocam todos na economia na posição de rendeiros. Um país livre e independente não pode, por definição, depender de uma entidade privada para *funcionar* e, muito menos, ficar sujeito a essa entidade privada por uma dívida nacional permanente. É isso que acontece quando existe um banco central (total ou parcialmente) privatizado, e este é o modelo que está a generalizar-se sob globalização. O banco central é a entidade que emite crédito para utilização na economia e que, consequentemente, define todo o ambiente económico para o país. Esse é o maior poder

que pode existir sobre um povo inteiro. Logo, não é legítimo que esteja centralizado nas mãos discricionárias de um conjunto de privados. A tendência óbvia (e recorrente) é que esse conjunto de operadores privados vá usar o poder do banco central para favorecer os seus próprios consórcios através do prejuízo deliberado do resto da economia. É precisamente para isso que as grandes casas de banca mercantil criaram o modelo dos bancos centrais; esse modelo foi criado para funconar como uma arma de guerra económica. Os bancos centrais funcionam como clearing houses pelas quais consórcios exclusivos assumem o controlo e a direcção de espaços económicos inteiros. Mas existe aqui uma outra questão igualmente importante. Quando o banco central emite crédito, está a alugar o uso desse crédito (através da cobrança de juros) à economia nacional (estado e privados). Se o banco central estiver privatizado, o que acontece é que toda a economia está a pagar aos shareholders do banco pelos direitos de *existir* e de *operar*. Ou seja, os banqueiros centrais privados assumem a posição de proprietários da economia, e todos os agentes que operam nela, ficam na posição de rendeiros.

O fim do sistema CMC privado.

CMC permite a privados criar dinheiro a partir do nada, em esquemas em pirâmide.

É uma prática antisocial e danosa. O actual sistema de fiat privado assenta nas premissas essenciais do antigo sistema fraccional, com a capacidade da multiplicação de valores inexistentes no vazio (i.e. invenção de dinheiro a partir do nada, a partir de fracções de valor, por privados). Um sistema fraccional per se nunca funciona, uma vez que a multiplicação de fracções depressa entra em descontrolo, sob a capacidade de multiplicação de crédito (CMC) que é atribuída a agências privadas. A CMC privada é muitos factores mais excessiva e danosa que o fraccionamento limitado que é levado a cabo pelo banco central per se. Um sistema fraccional demora poucas gerações (às vezes, apenas uma) a arruinar o standard de realidade que lhe serve de base (e.g. gold standard) de modo a permitir a criação especulativa de esquemas em pirâmide antisociais e incrivelmente destrutivos sobre os restantes agentes económicos.

CMC permite que bancos privados criem gigantescas bolhas de lixo financeiro. Esta é a capacidade que permite ter bancos privados a multiplicar e remultiplicar instrumentos financeiros indefinidamente, ad infinitum, e a criar gigantescas bolhas especulativas e recicladas de ***nada***.

Um sistema muito imperfeito, não pode ser confiado nem a público nem a privados. A real utilidade da CMC seria a de estimular e incentivar a crescimento económico *real*, através de uma emissão de crédito privado que acompanhasse (ou se antecipasse) a crescimento económico real, conforme medido pelo grau de prosperidade da família média. A história demonstra que esse papel não pode ser assumido de modo consistente pela opacidade e pelo auto-interesse das operações bancárias privadas, nem pelo mecanismo imperfeito da CMC (seja ela pública ou privada). Por outras palavras, nada de ter instituições privadas a inventar e multiplicar dinheiro a partir de riqueza

inexistente; isso tem de acabar. Ao mesmo tempo, a história também demonstra que um mecanismo público demasiado monopolista é igualmente prejudicial e predatório sobre o pública. Aliás, regra geral, esses sistemas são organizados por operadores privados para assumir controlo sobre a economia e sobre o território. Portanto, os dois tipos de modelo, igualmente medíocres e destrutivos, têm de ser postos de lado.

Sistema de crédito – crédito público, monetização de recursos (economia média).

Emissão de crédito público, colateralizado com receitas futuras.

Monetização livre e descentralizada de recursos (basket), por famílias médias.

Modelo tem de ser extremamente bem regulado, e sempre acompanhado de...

Protecções financeiras contra alta finança, no registo Glass-Steagal.

Anti-trust.

Favorecimento constitucional da economia de classe média (PMEs, coops). Modelo monetário baseado na emissão de crédito público, com colateral em receitas futuras; mas também na monetização livre e democratizada de recursos (um basket monetário). Isto funciona apenas e somente numa economia descentralizada de classe média, que esteja apostada na obtenção de taxas de crescimento contínuas e progressivamente mais elevadas. O modelo tem de ser *extremamente* bem regulado, para assegurar que a disponibilidade de crédito na economia acompanha o crescimento económico real (de forma a evitar distorções de mercado). Isto também implica, claro, a existência de protecções contra banker boys, na tradição Glass-Steagal. Um modelo alicerçado nesses pressupostos será não apenas justo e equilibrado, se for bem aplicado, como será a presumível solução para o eterno dilema da moeda. Um sistema à volta destes pressupostos foi enunciado ***n*** vezes durante as eras de Lincoln e FDR, mas nunca aplicado. Em abono da verdade, diga-se que, até às últimas décadas, a aplicação concreta e auto-sustentada de um modelo completo por estas linhas era complicada, se não impossível; o modelo implica a existência de boa tecnologia de informação, por exemplo. Hoje em dia, essa questão já não se coloca. So, why not try it? Só existe uma questão importante a ter em conta aqui. No tempo de FDR (e em boa parte no tempo de Lincoln) o modelo foi pensado para favorecer grandes trusts público/privadas, grandes interesses mercantis. Isso é o oposto exacto daquilo que se pretende obter, uma sociedade livre, descentralizada, próspera, de classe média. A existência de um modelo monetário deste género tem de ser sempre acompanhada de anti-trust e do favorecimento explícito e constitucional da economia de classe média (PMEs, coops). Por outras palavras, é a família média que conta e que é o centro da economia; e não o megaconsórcio. Esse tem de ser desmantelado sob anti-trust.

Crédito público, emitido pelo Tesouro.

Estado usa poder soberano de criação fiat de crédito público.

Tesouro (talvez por banco central público), sistema de agências (eg land banks).

Sistema monetário responde a Parlamento.

Empresta directamente a todo o público (i.e. sem middlemen privados).

Sistema tem de ser bem regulado e totalmente transparente.

Como aliás, todo o estado (que tem de ser pessoa de bem).

É usado o poder soberano de criação fiat do estado, pela emissão de crédito público, pelo Tesouro, para financiar o desenvolvimento da trust pública. O Tesouro emite crédito público para uso na economia nacional por ordem da legislatura, que supervisiona o funcionamento de todo o sistema, colocando a emissão de crédito nas mãos dos representantes democráticos do povo, i.e. Parlamento, Congresso, etc.). Tudo tem de funcionar de modo absolutamente transparente, para o público em geral. De preferência, o Tesouro disponibiliza o dinheiro directamente à economia (sem intermediários privados) fazendo-o por meio de agências públicas especializadas nisso (e.g. land banks). Todas estas funções podem ser assumida por um banco central estritamente nacionalizado, que funciona como agência para o Tesouro. Todo o sistema tem de ser estritamente regulado, fiscalizada, controlado. Qualquer favorecimento ou prejuízo infligido a terceiras partes é estritamente proibido e sancionado. O sistema monetário tem de ser o caso mais extremo da transparência absoluta que se exige sobre o estado (e não sobre a cidadania; por oposição ao sistema actual, onde as fontes de autoridade são totalmente opacas e exigem transparência da cidadania, o regime criminoso, i.e. estado policial).

Crédito público com colateral estável.

Expressar crescimento real e investimento para crescimento. A moeda tem de ter um colateral estável, não demasiado escasso, não demasiado abundante, para corresponder a estes propósitos.

Colateralização com impostos futuros (de preferência, tarifas). Aqui, o crédito que é disponibilizado pelo Tesouro à economia é pago de volta ao governo por meio de impostos futuros, de preferência tarifas de importação para evitar o máximo que possível a taxação directa do público e, claro, para proteger a produção interna.

Colateralização por pagamento de baixas taxas de juro. Aqui, o crédito é emitido por *land banks*, departamentos governamentais que emprestam a troco de baixas taxas de juro [*um "land bank" não pode ser, claro, uma instituição predatória especulativa que sequestra fundos e serve empréstimos para colateralizar dívida especulativa – esse é o*

formato Agenda 21]. Os juros são depois usados como colecta pública, para investimento nas despesas do governo.

Monetização de recursos pela middle economy.

Apenas sob descentralização de classe média e regulação extremamente rigorosa.

Caso contrário, don't even bother.

(Alta finança e outros predadores vivem para sequestrar sistemas deste género).

A monetização livre e democratizada de recursos (um basket monetário). O problema geral com a monetização de recursos é que tende a ser um sistema demasiado inelástico e deflacionário. Por isso mesmo é favorecido pela alta finança, que adora impor gold standards e outros durante as eras de contracção e bust (aí, pode impor um domínio de ***proprietário*** sobre o mercado, através da posse de dinheiro caro e escasso/limitado). Porém, o princípio que subjaz a tudo isto não é mau e complementa bem a emissão pública de crédito. Um sistema monetário que aposte na (livre e descentralizada) monetização de recursos materiais é a melhor das ideias, desde que duas condições estejam asseguradas (caso contrário, nem vale a pena tentar):

- as medidas de monetização têm de ser definidas por regulação pública exacta, transparente e estável;

- o sistema tem de ser *democratizável*. Isto implica que os recursos aceites para monetização têm de ser acessíveis ao indivíduo médio (i.e. descentralização económica e boa ponderação de quais recursos são monetizáveis, e sob que condições).

O exemplo do gold standard nos EUA. O *gold standard* funcionou bem nos EUA nalgumas das alturas em que foi aplicado, porque tendia a cumprir estes requisitos. O *gold standard* americano era baseado em boa regulação; e esse dólar era baseado em ouro e prata, cuja prospecção era facilmente acessível a qualquer indivíduo. Ao mesmo tempo, os metais não eram demasiado abundantes, o que proporcionava equilíbrio.

Diversificação de recursos – e, **medidas estritas contra concentração**. Hoje, isto não seria possível só com ouro; que está todo nas mãos da alta finança, já agora. Teria de ser feito por meio de um conjunto bastante diversificado de recursos; bens reais passíveis de ser obtidos ou produzidos por qualquer indivíduo médio. Nunca é demais reiterar que o sistema teria de ser estritamente salvaguardado ***contra concentrações***.

Monetização de recursos GEF – a cooptação predatorial de uma boa ideia. Aqui pode e deve ser observado que, no dia em que o actual establishment propuser monetização de recursos, essa será a pior das ideias. Isso acontecerá, e será uma forma de distorcer e perverter uma boa ideia para beneficiar corrupção privada. A ideia para a economia global consolidada é a de que recursos (metais, energia, água, terra, florestas, infraestrutura, etc) são monetizados para servir de colateral para a perpetuação do actual

sistema de dívida derivativa. O acesso comercial a estes recursos será estritamente controlado pelo sistema bancário mundial que deverá, na altura, estar consolidado à volta da Global Environmental Facility (GEF), a instituição organizada pelo Banco Mundial para conduzir e controlar a colateralização de recursos à escala global. Isso será o cerne da "economia verde": alienação de recursos por *banker boys* para assegurar a perpetuação de um sistema baseado em parasitismo e destrutividade financeira. Por outras palavras, a cooptação e inversão de uma boa ideia; como habitual sob os *banker boys*.

Moeda – Fixed parities vs emissão a acompanhar crescimento real na economia.

Critério permanente de valor, por fixed parities. Se uma moeda for encarada pelo critério do valor, então o ideal é que tenha um critério permanente de valor, tal que a unidade monetária compre sempre a mesma quantidade de bens, como medida pelo índice de preços (ou seja, teria de haver alguma forma de sistema de fixed parities). Mas isso é essencialmente utópico e implicaria uma economia mais ou menos estática, portanto manifestamente indesejável.

OU emissão a acompanhar sempre riqueza existente e produção real futura.

Apenas economia descentralizada classe média, apostada em crescimento contínuo.

Investimento → crescimento → mais investimento → mais crescimento → etc.
Portanto o critério mais desejável será o de ter um dinheiro cuja emissão acompanhe sempre o fluxo de produção e distribuição de bens numa economia. Agora, é claro que isto funciona apenas e somente numa economia descentralizada de classe média, que esteja apostada na obtenção de taxas de crescimento contínuas e progressivamente mais elevadas. Investimento estimula crescimento, crescimento estimula mais investimento e assim sucessivamente.

Evitar inflação monetária e miopia monetarista. A ideia é que a emissão de crédito expresse da forma mais exacta que possível a riqueza real em existência e a riqueza real em níveis futuros. Esta é a forma de evitar as duas grandes maldições da emissão monetária: inflação monetária e, ao mesmo tempo, a tendência monetarista de limitar a taxa de crescimento económico à quantidade de crédito em circulação. Ou seja, combinar numa só as vantagens do gold standard ***e*** do que a *greenback* era suposto ter sido. Isto é aquilo que Lincoln tenta fazer, embora o faça sob o sistema imperfeito da *greenback* colateralizada por um gold standard fraccional.

Bom sistema de cálculo e contrabalanços de valores monetários.

Sobre Tesouro e não sobre família média. A emissão de crédito do Tesouro terá, por força, de ser limitada às expectativas de crescimento real da economia, após

contrabalanço com os outros factores, e.g. monetização de recursos. Tem de haver um bom sistema de cálculo e contrabalanços de valores monetários, para evitar distorções indevidas de mercado, o que exige a disponibilidade de boas capacidades de IT – no entanto, o controlo sobre estas variáveis tem de ser feito do lado do Tesouro e não do lado da cidadania, de forma a não ameaçar liberdades individuais, constitucionais (nomeadamente, o direito inalienável à privacidade).

Moeda tem de existir para desenvolvimento, prosperidade, emprego, poupanças.

Dinheiro ao serviço do homem e não homem ao serviço do dinheiro (i.e. monetarismo).

Breve descrição da brutalidade monetarista.

É essencial que a moeda de troca sirva para expeditar o funcionamento da economia, i.e. que seja um standard de valor pelo qual se pode fazer a troca de bens e de serviços de modo tal a possibilitar crescimento contínuo na produção e distribuição de bens e serviços *reais*: é isso que gera desenvolvimento económico, prosperidade, emprego. Ou seja, o dinheiro tem de ser colocado ao serviço do homem; e não o homem ao serviço do dinheiro, como acontece sob monetarismo, onde tudo o que conta é a obtenção do máximo possível de mais-valias a partir da produção, circulação e posse de capital financeiro, em detrimento da economia real (i.e. a condição económica da família média). Sob monetarismo, toda a *vida económica* (e, consequentemente, política e social) é subordinada às condições de produção e circulação de instrumentos financeiros, e todos os valores no mundo real surgem em subordinação ao valor contabilístico do dinheiro. Aí, o dinheiro funciona como um instrumento para o exercício de poder mas também como uma unidade pela qual toda e qualquer entidade na economia pode ser "cotada" (contabilisticamente categorizada, rotulada) de acordo com o valor "social" que lhe é atribuído, pelas entidades que comandam o sistema organizado de monetarismo.

WILLIAM SHAW e os critérios para bom fiat estatal (1939). «*…a State issued paper money of full face value, guaranteed by a fully covered redemption fund composed of securities, issued automatically, retired automatically, self-regulating, never redundant, never deficient, neutral in its effect on prices but rising equal to any strain upon it' guaranteed against debasement by the State which issues it, and incapable of debasement by the community which purchases and uses* it»

Description of an ideal paper money by Dr. William A. Shaw in his well-known work entitled "The Theory and Principles of Central Banking." – In Owen, Robert L. *National Economy and the Banking System.* Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1939.

Geração vs. redistribuição de riqueza.

A economia como um pão – Geração vs. redistribuição de riqueza.

Redistribuição de riqueza – Escassez artificial, über-especulação bancária, duas classes.

Geração de riqueza – Economia descentralizada de classe média, justiça, prosperidade.

Mundo como espaço de limites – Sustentabilidade – Exploração e desigualdade.

Hoje, mundo como espaço de mundo de limites – "era de escassez", sustentabilidade.

Ideologia de poder: inventada para autoritarismo, centralismo, racionamento, pobreza.

Visão obscurantista da humanidade (existencialismo, neomaltusianismo, etc).

Estagnação económica, atraso científico e tecnológico, mediocridade intelectual.

Comportamento típico sob qualquer forma de despotismo (inc. "gestão de crise G20).

"Mundo como espaço de limites" – Nonsense irracionalista.

Ideologia oligárquica: vender ideia de que sociedade em si tem de ser contida e gerida.

Corrupção epistemológica –únicos limites são os impostos à criatividade humana.

Homem só cresceu pela descoberta de novos recursos, tecnologias, formas de agir.

Thomas Malthus e o Clube de Roma ("The Limits to Growth").

Ódio anti-humano, fraude científica, pessimismo civilizacional e tecnológico.

Mundo como espaço de limites – (Pão) Mercado oligárquico, social darwinista.

Armazenar pão existente, concentrar produção de pão, vendê-lo a peso de ouro.

Sociedade decai lentamente até controlo total e/ou implode.

Sistema tétrico, com concessões, regimes diferenciais, etc.

Solução: acabar com deboche de consórcio, descentralizar, gerar riqueza e prosperidade.

Redistribuição de riqueza vs geração de riqueza.

Redistribuição: o pão limitado, gerido e redistribuído, para saque de consórcio.

Geração de riqueza.

Descentralizar e democratizar produção de pães – economia justa, vigorosa, produtiva.

Descentralização económica, produção industrial e de classe média.

Regulação equidistante e imparcial para todos os grupos e entidades.

Controlo estrito sobre alta finança – Glass-Steagal – Reorganização da banca.

Poder de criação monetária do estado é usado para reiniciar a economia.

Protecções comerciais e tarifárias para a economia do país.

Geração de riqueza – "Rising tides lift all boats".

Muitas pessoas a produzir muitos tipos de pão, e a inventar novas formas de o fazer.

Só hienas dominadas por Schadenfreude e egoísmo de grupo podem rejeitar isto.

A economia como um pão – Geração vs. redistribuição de riqueza.

Redistribuição de riqueza – monopolizar o pão e vendê-lo a peso de ouro.

A economia de escassez artificial, über-especulação bancária, duas classes. Se uma economia for metaforicamente vista como um pão, o que acontece numa sociedade oligárquica, controlada por grandes consórcios, é que o pão existente é concentrado em armazéns centrais e a sua produção e distribuição é limitada aos grandes grupos que dominam a sociedade. Todos os outros produtores são incentivados (quando não coagidos) a sair do mercado, sob altas cargas fiscais, regulações selectivas, subsídios para sair, etc. Isto cria uma situação na qual a produção de pão é drasticamente reduzida (escassez artificial) e as fatias e migalhas que existem são redistribuídas a peso de ouro. Tudo isto é justificado sob a ideia lunática de que existe escassez de farinha, de água e de sal; também podem ser inventados casos onde PMEs que produziam pão provocaram intoxicações públicas (portanto há que haver punição colectiva de PMEs). Durante todo o processo, a banca, que controla todo o circuito, cria instrumentos exóticos (eg derivativos farinácios) sobre o desmantelamento do sector e a sua concentração em grandes consórcios produtivos. À medida que o tempo avança, as fatias são cada vez menos, os preços vão aumentando e as porções vão diminuindo, num percurso de queda contínua. Em breve, existem diferentes escalões de pão, com várias categorias muito caras de pão de luxe, e várias categorias de "pão democratizado" (com gesso e estuque misturados em vez de farinha). E assim sucessivamente, até à queda da sociedade no mais abjecto totalitarismo e/ou até à sua implosão total em *bellum omnium in omnia*.

Geração de riqueza – economia descentralizada de classe média, justiça, prosperidade. "Rising tides lift all boats", como JFK dizia e, a única forma de ter "rising tides" é com uma economia vigorosa, produtiva e próspera. Portanto, numa sociedade humana (uma sociedade decente), o que acontece é que existe descentralização e democratização da produção de pão, sob uma economia dinâmica, baseada em PMEs (uma economia

familiar e de classe média). Isto significa que vão existir muitas pessoas diferentes a produzir muitos tipos de pão, e a inventar diferentes formas de fazer pão. Isso significa que se gera riqueza (em vez de a redistribuir). Ou seja, em vez de disputar um pão bolorento a peso de ouro, a quantidade de pães pode ser progressivamente aumentada, de tal forma a que todos possam usufruir de fatias cada vez maiores e, até, fabricar as suas próprias fatias.

Mundo como espaço de limites – Sustentabilidade – Exploração e desigualdade.

Hoje, mundo como espaço de mundo de limites – "era de escassez", sustentabilidade. Hoje em dia o mundo é visto como um espaço de recursos limitados, que exige contenção, austeridade e a adopção de hábitos de escassez – sustentabilidade! –, e isso é algo de bastante mau.

Ideologia de poder, inventada para justificar autoritarismo arbitrário. Este tipo de ideologia é uma power ideology, promovida ao longo da história por regimes consolidados (concentrados, autoritários) para justificar o seu próprio domínio arbitrário sobre o homem e a mulher médios.

Justifica centralismo, autoritarismo, racionamento, pobreza forçada. Quando se vê o mundo como um espaço de recursos limitados, então isso significa que se vai defender a ideia de que a economia tem de ser centralizada e planeada, e que toda a actividade económica tem de ser estritamente organizada por grandes grupos e consórcios (os power brokers que contraram falsos intelectuais e académicos para inventar estas power ideologies para fazer o seu domínio parecer virtuoso). Depois, tem de haver distribuição controlada de recursos (o termo técnico é racionamento). Como existe escassez de recursos, isso significa que a porção (a "quota parte", a "fair share") que cada um recebe tem de ser cada vez mais contraída. Eventualmente, significa que a pessoa média tem de ser tornada pura e simplesmente pobre, se não sujeita a métodos de redução populacional (e.g. limitação de natalidade, apressar mortalidade).

Promove visão obscurantista da humanidade (existencialismo, neomaltusianismo, etc). Esta visão está sempre associada a uma visão pessimista, obscurantista, do ser humano, das suas capacidades e do seu impacto no mundo. Hoje em dia isto é, existencialismo, neo-maltusianismo, ambientalismo radical. A humanidade provoca mais mal do que bem no mundo, pelo "consumo excessivo" de recursos.

Exige estagnação económica, atraso científico e tecnológico. Crescimento económico, ciência e tecnologia estragaram o planeta; têm de ser estritamente controladas. Noutras eras, a mesma visão dizia pura e simplesmente que todas estas coisas são más. Afinal, todas estas coisas são passíveis de emancipar a pessoa média e, por conseguinte, ameaçar o domínio do status quo oligárquico sobre a sociedade. Sociedades baseadas na visão do mundo limitado vão devotar-se a gerar estagnação em todos estes campos.

Estagnação acompanhada do cultivo de mediocridade intelectual. Essa estagnação vai ser acompanhada de grau gerível de mediocridade intelectual na população. A pessoa média tem de ser mentalmente incompetente até certo nível; caso contrário, perceberia o funcionamento corrupto da sociedade e procuraria mudá-la para melhor. Mas não pode ser tão incompetente ao ponto de provocar vagas não pretendidas de destruição social e económica.

Comportamento típico sob qualquer forma de despotismo (inc. "gestão de crise G20). Com frequência, tudo isto vai ser baseado no mais crude monetarismo, onde o valor do dinheiro (e a sua valorização especulativa) é mais importante que a sobrevivência da pessoa média. É o paradigma de Veneza, do Império Britânico e do actual bloco de "gestão de crise" G20. Mas este tipo de comportamento é obtido sob qualquer modelo despótico, da extrema-esquerda à extrema-direita, no falso esquema de círculo.

"Mundo como espaço de limites" – Nonsense irracionalista.

Ideologia oligárquica: vender ideia de que sociedade em si tem de ser contida e gerida. Esta é a ideologia que suporta a visão oligárquica da sociedade, como um sistema que é preciso conter, ao qual é preciso impor limites, que não pode crescer e desenvolver-se pelas acções descentralizadas de múltiplos agentes independentes; que, pelo contrário, é preciso *gerir*.

Corrupção epistemológica –únicos limites são os impostos à criatividade humana.

Homem só cresceu pela descoberta de novos recursos, tecnologias, formas de agir. E esta, claro, é também uma visão epistemologicamente corrompida. Não existem quaisquer limites à geração de riqueza, a não ser aqueles que são impostos pelas classes governantes. Existem *sempre* mais recursos e mais avenidas tecnológicas a explorar. Quando existe escassez de recursos e de meios num qualquer campo, então o que acontece, é que se descobrem novos recursos, novas tecnologias, novas formas de fazer as coisas. Criatividade, imaginação, invenção. Foi assim (apenas assim) que o Homem fez todo o percurso das cavernas a exploração lunar (e é assim que um dia o Homem terraformará Marte e o habitará como um planeta gémeo da Terra). Todas as doutrinas do mundo de limites falham de modo inevitável nas suas previsões sobre o mundo natural. (ver também ***"Mundo de Limites"***, notas principais)

Thomas Malthus e o Clube de Roma ("The Limits to Growth").

Ódio anti-humano, fraude científica, pessimismo civilizacional e tecnológico. Thomas Malthus é um exemplo paradigmático aqui. "The Limits to Growth" (Clube de Roma, 1972), a obra seminal da ideologia da "age of scarcity" é outro excelente exemplo. Ambos são paradigmas e role models para os obscurantistas desta power ideology, desta ideologia de estado corporativo. Ambos têm em comum que falharam totalmente todas as suas previsões, por dois motivos. Primeiro porque eram desonestos, o que os levou a usar assumpções e métodos desonestos, para atingir fins desonestos. Segundo, porque

assumiram que a inventividade humana era um factor totalmente irrelevante. No segundo caso, o Clube de Roma (um consórcio de aristocratas europeus, banqueiros, velhos fascistas europeus e comunistas de Leste), chegou ao ponto de exigir que essa inventividade fosse congelada e colocada sob controlo total pelo estado corporativo, porque "magoava a Terra".

Mundo como espaço de limites – (Pão) Mercado oligárquico, social darwinista.

Armazenar pão existente, concentrar produção de pão em grandes grupos.

Vender pão a peso de ouro.

Sociedade decai lentamente até controlo total e/ou implode. Este tipo de sociedade, dominada por consórcios, pega no mercado e equipara-o a um *pão* não reproduzível. Isto é, fala de escassez de recursos e de limites ao crescimento, e nega a possibilidade de desenvolvimento tecnológico. Depois, armazena o pão existente, concentra a produção de pão nos grandes grupos que dominam, proíbe a pequena e média competição sob os mais variados tipos de regulação selectiva (corrupção legalística). Isto cria uma situação na qual a produção de pão (geração de riqueza) é drasticamente reduzida (escassez artificial) e as fatias e migalhas que existem são redistribuídas a peso de ouro. À medida que as fatias são cada vez menos, o preço aumenta e as porções diminuem. E assim sucessivamente, até à queda da sociedade no mais abjecto totalitarismo e/ou até à sua implosão total em *bellum omnium in omnia*.

Sistema tétrico, com concessões, regimes diferenciais, etc. Pelo meio, é claro que o sistema vai ser mais ou menos tétrico, como costume em sistemas alicerçados em corrupção. Vamos ter um X que recebe a concessão público/privada para fabricar todo o pão, depois Y (eg pessoa média), que tem de pagar preços muito elevados para o obter (e portanto fica sem pão), mas depois há Z (eg grupo corporativo), que consegue uma concessão especial e, portanto, recebe uma isenção fiscal sobre a compra, ou é estatalmente subsidiado nessa compra (nestas linhas está explicado tudo em redor daquilo que está agora a entrar, a "economia de escassez", e hoje em dia isso será baseado em sistemas de cap and tax and trade. Agora, porque é que se haveria de criar um sistema tão tétrico e bizantino sobre a produção de pão?

Solução: acabar com deboche de consórcio, descentralizar, gerar riqueza e prosperidade. A solução, claro, é tirar o monopólio a X, descentralizar, democratizar e maximizar a produção de pães (geração de riqueza), e equalizar as situações de Y e Z no mercado assim obtido – justiça e prosperidade serão os resultados.

Redistribuição de riqueza vs geração de riqueza. Hoje, as pessoas são ensinadas a pensar em moldes de *redistribuição de riqueza*, por oposição a moldes de *geração de riqueza*.

Redistribuição: o pão limitado, gerido e redistribuído, para saque de consórcio. (Para continuar com a metáfora do pão) A ideia de redistribuição de riqueza implica que se pensa na economia como uma espécie de pão que uma autoridade central (estado) vai gerir e depois partir em fatias e migalhas para distribuir pela economia. Na vida real, isto significa que a riqueza da população e, no território, vai ser mais ou menos colectivizada sob o estado (sob os consórcios que dominam o estado) e distribuída pelo espaço económico. Ainda no mundo real, o que acontece é que tudo isto funciona como uma grande operação de saque, pela qual a larga maioria do pão vai para os consórcios que dominam o estado e o resto da economia fica com migalhas (e muito papel a prometer fatias virtuais futuras, que nunca virão). Depois, os consórcios que dominam o estado simplesmente tornam-se no estado (compram-no por três migalhas durante o inevitável colapso da economia), e implementam o tipo de darwinismo económico atrás descrito.

Geração de riqueza.

Descentralizar e democratizar produção de pães – economia justa, vigorosa, produtiva. No mundo real, não existem quaisquer motivos *válidos* para que o género de situações aqui descritas aconteçam. A solução é acabar com o controlo de consórcio sobre a produção e comércio de pão, descentralizar, democratizar e maximizar a produção de pães (geração de riqueza). Isso significa que se gera riqueza (em vez de a redistribuir). Para gerar riqueza, é preciso ter uma economia vigorosa e produtiva, e é preciso assegurar as condições para que isso aconteça:

Descentralização económica, produção industrial e de classe média. É preciso apostar naquilo que é justo, e funciona. E isso é produção industrial capitalista de classe média, onde PMEs e coops estão no papel de protagonistas da economia. Portanto, existe legislação *anti-trust* rígida que particiona monopólios e cartéis existentes, e descentraliza o mercado. Grandes empreendimentos são autorizados apenas e somente em áreas que não possam ser desenvolvidas pela acção concertada de PMEs. De preferência, esse papel é feito por empresas estatais, criadas para o efeito. Até aí o princípio da descentralização tem de imperar. Uma empresa estatal tem de ser particionada em diferentes secções independentes entre si, como franchises subsidiárias (uma aplicação legítima destes conceitos à actividade económica do estado). Tem de ser sempre encarada como um empreendimento a prazo. O ideal a alcançar é o dia em que nenhuma entidade tenha controlo absoluto sobre *nenhum* sector do mercado.

Regulação equidistante e imparcial para todos os grupos e entidades. Regulação equidistante e imparcial para todos os grupos e entidades. Sem a qual o que existe é crime organizado. Em todos os casos, a lei tem de ser simples e elegante, de tal forma que todos a possam compreender. Tem de ser tal que qualquer um se possa facilmente tornar letrado na lei e agir como o seu próprio jurista/advogado. Da mesma forma, tem

de haver igual acesso de todos, garantido pelo estado, ao sistema judicial. Aí, os diferendos têm de ser resolvidos por julgamentos rápidos, transparentes e imparciais, com a convivência entre julgamento por magistrados e por pares.

Controlo estrito sobre alta finança – Glass-Steagal – Reorganização da banca. O estado coloca sob controlo a especulação financeira sobre farinha, água, sal e tudo o resto, uma gigantesca massa de derivativos farináceos que agora funciona como um buraco negro que se expande e agrava a cada nova injecção de dívida pública. As entidades financeiras falidas que controlam o mercado de derivativos farináceos recebem o tratamento que todos os agentes económicos recebem, sob falência: são levadas ao Tribunal de Contas, declaradas na bancarrota e os seus bens são submetidos a triagem. Aqui, é óbvio que derivativos farináceos são pura e simplesmente declarados ilegais (porque o são) e anulados. São passadas regulações no modelo da lei Glass-Steagal para evitar toda e qualquer proliferação de derivativos no futuro. As entidades em bancarrota ficam sob alçada estatal, são reorganizadas, partidas em tranches mais pequenas, reprivatizadas.

Poder de criação monetária do estado é usado para reiniciar a economia. O modelo do desenvolvimento por meio de PMEs é abertamente abraçado pelo estado. O estado usa o seu poder soberano de emissão de crédito público (IOUs Tesouro) para financiar o desenvolvimento da trust pública. Isso significa que avança crédito público barato para pequena e média produção em todos os sectores (indústria, agricultura, serviços) – é preciso reconstruir *toda uma economia*. Também significa que investe em obras públicas necessárias para uma economia moderna. Têm de existir algumas direcções indicativas para desenvolvimento rápido da economia de PMEs e coops. E é claro que isso nunca pode significar planeamento central para aumentar o poder do estado. Pelo contrário, tem de funcionar para o desenvolvimento ***independente*** da família média em si. Por ex., num país deficiente em recursos energéticos, como Portugal, seria essencial assegurar uma boa rede nacional de pequena e média produção energética. Isso seria facilmente feito por meio de biocombustíveis produzidos na quinta familiar (como era o sonho de Diesel); aqui também seria necessário desenvolver a tecnologia e a maquinaria necessária para isso, o que proporcionaria a ascensão de toda uma indústria de PMEs à volta desse tema.

Protecções comerciais e tarifárias para a economia do país. É preciso proteger a economia do país por meio de cláusulas comerciais e tarifárias. A família média é mais importante que os shareholders da Goldman Sachs, da BP e de qualquer multinacional predatória – é assim que as coisas são. Portanto, quando alguém quer entrar para vender lixo extremamente barato produzido por escravos no 3º mundo, pode fazê-lo à vontade; mas paga uma tarifa substancial pelo direito de o fazer. A colecta daí resultante é usada para pagar dívidas públicas e para levar a cabo programas estatais (e.g. serviços sociais, obras públicas). Ao mesmo tempo, substitui largamente a taxação sobre a população do país.

Geração de riqueza – "Rising tides lift all boats".

Muitas pessoas a produzir muitos tipos de pão, e a inventar novas formas de o fazer.

Só hienas dominadas por Schadenfreude e egoísmo de grupo podem rejeitar isto. Uma economia de mercado livre protegido é uma na qual existem muitas pessoas diferentes a produzir muitos tipos de pão, e a inventar diferentes formas de fazer pão. Ou seja, em vez de disputar um pão bolorento a peso de ouro, a quantidade de pães pode ser progressivamente aumentada, de tal forma a que todos possam usufruir de fatias cada vez maiores e, até, fabricar as suas próprias fatias. "*Rising tides lift all boats*", como JFK dizia, e quem é que quer estar atolado num pântano?, só aqueles que não sujam os pés, porque têm um lugar assegurado na proa do barco, e sentem satisfação auto-conceituada quando os outros lhes vêm implorar por um lugar, no seu pequeno e usurário veículo de navegação pela lama. Ou, aqueles que pretendem assumir uma posição de comando subsidiário nesse barco, e isto são os vários grupos de hienas que se desenvolvem nas sarjetas do sistema de exploração organizado e esperam ter um cargo como capatazes de plantação (e hoje em dia, isto são tecnocratas, comunistas, socialistas, fascistas, ONGistas, comissários de bairro "apolíticos" e assim sucessivamente).

“Limites ao crescimento”, a mentalidade da terra plana.

A mentalidade do mundo limitado, ou terra quadrada.

A ideologia do mundo limitado: pseudociência falhada e racismo de classe.

A mentalidade do mundo limitado (2) – TÓPICOS.

A economia global definida sob “the limits to growth” – notas dispersas.

Os únicos limites são aqueles que podem ser impostos à mente humana.

O mundo limitado – Metáfora do pão.

O mundo limitado – Axiomas de base

TÓPICOS de maximização da eficiência de gestão do “mundo de limites”.

Metáforas: CORPO SOCIAL ----- EMPRESA

A mentalidade do mundo limitado, ou terra quadrada.

Hayleybury College e a tradição oligárquica-veneziana-britânica de economia política.

“Imperialismo socializante”. Hayleybury era o East India College, a instituição que a East India Co organizou, para formar os seus funcionários, mas também e especialmente para desenvolver trabalho de investigação e desenvolvimento de soluções para gestão comercial e colonial. Hayleybury é o berço e o lar daquilo que é genericamente conhecido como “economia política britânica”: o paradigma representado por David Ricardo, Adam Smith, Jeremy Bentham, James Mill, John Stuart Mill, Thomas Malthus, entre outros; é a tradição a que Karl Marx recorre para desenvolver o seu “imperialismo socializante”. Esta tradição não é inglesa, escocesa, galesa, ou irlandesa: é veneziana e, isto é o mesmo que dizer bizantina, romana, babilónica. Surge como uma herdeira directa das ideologias sintéticas do Império Veneziano, transpostas para a Grã-Bretanha através da “colonização” das ilhas com a sua ideologia Welfen/Guelfa. Os Venezianos viam o mundo como um espaço de limites e, consequentemente, eram monetaristas, advogados de “free trade”, escravatura, e aplicação de técnicas contabilísticas à gestão de populações. Uma das implicações deste modo de (não) pensar é o facto de os Venezianos serem advogados de políticas de controlo populacional estrito – por exemplo Giovanni Botero e Giammaria Ortes, o primeiro a falar de “carrying capacity” e a lançar as bases para Malthus.

A ideologia do mundo limitado: pseudociência falhada e racismo de classe.

No "mundo limitado", noblesse oblige que haja gestão total, o mundo como reserva. A asserção oligárquica, falaciosa, de que o mundo é um espaço de recursos limitados, onde existe, portanto, a necessidade de capturar e gerir todos os recursos existentes e, de racionar a quantidade de recursos que é dispensada a cada população e a cada indivíduo; eventualmente, de racionar a própria população (por meio de redução deliberada de números). Num mundo de recursos limitados, têm de existir aqueles que ordenam a gestão e a disponibilização de recursos, com base no exercício de autoridade centralizada. Esses têm o direito e o dever (a "*noblesse oblige*", como costuma ser chamado) de acertar as vidas dos seus "inferiores" – a reserva, a plantação ordenada, a ala de esterilização.

Nonsense, pseudociência, pretensão e impulsos anti-humanos extremos. Esta ideologia é puro *nonsense* (uma visão estagnativa e anti-científica do mundo) mas, mais que isso, uma afirmação de pretensão, racismo de classe e ódio infinito para com aqueles que "devem ser geridos" por uma casta técnica de indigentes e saltimbancos, auto-nomeados como "superiores".

Abordagem científica (pela qual o Homem vai das cavernas ao space shuttle).

Sob escassez de recursos, criatividade e engenho para novas formas de fazer as coisas. Vale sempre a pena apontar qual é, efectivamente, a abordagem *científica* a esta questão. No mundo, ***alguns*** recursos são limitados, mas existe um que não é, e esse é a criatividade humana. Quando existe escassez de recursos, inventam-se novas tecnologias e novas formas de fazer as coisas. É dessa forma que o homem sai das cavernas; é assim que faz milhares de anos de história; é assim que vai da descoberta do fogo à invenção da roda, até ao space shuttle. A generalidade das invenções humanas é alcançada na resolução de *problemas de escassez de recursos e de meios*; e não quando existe abundância de recursos e de meios.

Falsos académicos, charlatães, de Malthus a "Limits to Growth".

Previsões inevitável e miseravelmente falhadas, uma vez após outra. É claro que estes avanços não são feitos por falsos académicos que se sentam a lamentar o fim do mundo por falta de recursos, a exigir autoritarismo tecnocrático e a redução dos *standards* de vida, em nome do "mundo limitado"; enquanto recebem bolsas milionárias por defender este género de pseudociência. Uma das mais antigas tradições de fracasso académico na história humana é-nos dada precisamente por estes proponentes da terra plana: sempre que se lançam em obras preditivas, falham a toda a linha, de Malthus até ao Clube de Roma, com o infame "Limits to Growth", passado pelas guildas de neomaltusianos, com os seus Ecoscience, Global 2000, Global Future e tudo o resto.

A mentalidade do mundo limitado (2) – TÓPICOS.

"Os limites do crescimento" – o mundo visto como uma arrecadação oligárquica.

Mundo de limites e contingências materiais, exige adaptação. Esta visão concebe o mundo como um espaço de limites materiais. Espaço físico, recursos, dinheiro; tudo o que é material existe em proporção limitada e, quem age no mundo, tem de se adaptar ordeiramente a essas contingências.

Adaptação implica imposição da lógica de limites à vida humana. Essa adaptação ordeira implica que a vida social humana tem de ser, ela própria, definida por limites. Tem de ser indexada aos limites do mundo material. Se existe limitação de recursos, há que travar a taxa de desenvolvimento. Se existe limitação de dinheiro, há que fazer cortes orçamentais, reduzir salários, maximizar retornos. Se existem limitações de espaço, comida, água, dinheiro, há que reduzir a população.

Cada ser humano tem a sua pequena "fair share", no seu pequeno cubículo. Em tudo isto, é preciso organizar uma adaptação ordeira. Cada ser humano recebe o seu pequeno casulo, a sua pequena slot social, onde usufrui da sua "quota parte", da sua "parte justa", a sua "fair share".

A "fair share" tem de ser reduzida continuamente. Se o mundo é um espaço limitado, então cada minuto que passa nos aproxima do ponto de não-retorno. Portanto, a "quota parte" de cada qual tem, por força, de diminuir ao longo do tempo. Ou, em alternativa, aquilo que tem de diminuir é a quantidade de cabeças pela qual a redistribuição é feita. Um sistema de quotas partes é um sistema de redistribuição e racionamento de riqueza.

Isto exige, contabilidade social, controlo, autoritarismo. A vida torna-se um exercício contabilístico, e as pessoas tornam-se nas unidades de computação nesse sistema. A existência de slots sociais, pelas quais essas quotas partes são redistribuídas, implica organização estrita e, tendencialmente, formas bastante complexas de estratificação, hierarquização, controlo social. Tudo isto envolve um aparato autoritário de estado. O exercício contabilístico tem de ser simultaneamente operado por burocratas e por generais.

Racionamento e "maximização de eficiência" exige concentração de mercado. Ao mesmo tempo, a economia organizada por slots e orientada para racionamento deve ter o mínimo de competição possível. Competição significa que existem vários agentes económicos a fazer a mesma coisa e a dispender recursos. Enquanto isso pode baixar preços, melhorar a qualidade dos produtos e melhorar o nível de vida (maiores índices de actividade económica, empregos, melhores níveis salariais, etc), esses não são os factores principais a contabilizar aqui. O factor essencial é, pelo contrário, assegurar que o nível de vida *não melhora*. Pelo contrário, tem de decrescer. Caso contrário, está-se a ser perdulário, num mundo de limites. O melhor dos sistemas para um mundo de limites reside em concentração: consórcios a trabalhar em conjunto, em sistema de cartel e monopólio. Um mercado concentrado tem o poder de administrar todo o circuito de produção e distribuição, por forma a maximizar a eficiência, i.e., a diminuir o desperdício de recursos [*isto é empiricamente falso – todos os monopólios são*

infinitamente perdulários e ineficientes, por comparação com uma economia competitiva]. Podem optimizar custos salariais e de produção [*i.e. redução de ambos*] e apresentar produtos baratos [*e isto é verdade, porque um mercado concentrado é um mercado de distribuição de produtos de racionamento, a uma população sob racionamento*].

Este exercício tem de ser global – pooling comum, mercantilismo e governância global. Mas todo este exercício não pode ser restrito a um território. Tem de ser generalizado. Afinal de contas, *todo o mundo* é restrito por limites físicos. Se os vários países têm políticas divergentes, algum país vai sair prejudicado – talvez todos. Há, portanto, que haver um *pooling* comum de recursos, gerido por métodos estandardizados, que possa abranger todo o planeta [*é claro que, na era veneziana, este exercício de sofística era mais ou menos restringido à bacia mediterrânica*]. Ao mesmo tempo, há que ser prático. Se uma exploração me custa X num país, e me custaria o valor inferior Y no país ao lado, é vantajoso para todos que eu vá para o país ao lado; estamos a poupar recursos e a maximizar a eficiência do sistema. Eu não devo ser restringido na mudança; pelo contrário, devo ser subsidiado para a mudança. Por seu lado, o país onde eu estava terá de baixar de X para Y para ser competitivo. Isso é bom para todos os agentes no mercado. Os vários países vão estabilizar e equalizar a um nível inferior de custos e gastos de recursos e a eficiência terá sido maximizada. A estandardização ao mesmo nível, por sua vez, é aquilo que permite o *pooling* e a administração conjunta de recursos, sob quem os sabe fazer – contabilistas profissionais, i.e., banqueiros.

A economia global definida sob "the limits to growth" – notas dispersas.

Estandardização horizontal, estratificação vertical. Um sistema global organizado segundo estes princípios vai ser, por conseguinte, definido pelas tendências paralelas de estandardização horizontal (entre territórios e nações) e estratificação vertical (entre classes e subclasses). Será, portanto, um mundo hierarquizado, definido por slots funcionais, sociais e económicas.

Concentração social, política e económica. Será definido por concentração, a todos os níveis. A economia global será dominada por mega-conglomerados, que trabalharão em conjunto com os reguladores; agências globais e regionais muito poderosas. Um mundo definido por concentração é um no qual toda a actividade económica é definida e protagonizada por estes grandes conglomerados. Por outras palavras, os únicos pequenos e médios empreendimentos que subsistem são, eventualmente, as franchises locais destes conglomerados. Da mesma forma, a vida social é protagonizada pelos ramos destes mega-conglomerados e das agências políticas: ONGs multinacionais e associações comunitárias locais e regionais.

Comunitarização e emiseração progressiva – autoritarismo, violência. O nível de vida per capita decrescerá continuamente; haverá pouco trabalho e níveis salariais muito reduzidos. O general trabalha lado a lado com o contabilista para assegurar que a

adaptação ocorre adequadamente. A sociedade que daqui resulta é uma sociedade autoritária e progressivamente mais violenta. Os níveis de violência e de autoritarismo aumentam com a redução contínua da riqueza agregada que é acessível às classes funcionais e às classes baixas. Os ratos são colocados numa gaiola, todos os dias é dada menos comida e, finalmente, esventraram-se mutuamente. Durante o processo, as condições de vida ter-se-ão "optimizado" para um mundo de limites. Haverá incentivos sociais e económicos à redução contínua de consumo. O ambiente social favorecido para as classes funcionais será a habitação colectiva, o ambiente da reserva/comuna.

Sistema de crédito centrado em redução de produção, gestão do consumo. Na economia de decrescimento contínuo, muito do trabalho que existe está na linha do serviço comunitário e é pago por meio de *tokens*, créditos socialmente cambiáveis por consumos específicos; a taxação também passa a incidir sobre consumo e não sobre produção, que será mínima/inexistente. Ao nível global/internacional, o sistema correspondente é um sistema de crédito que incentive directamente a redução de actividade económica. O valor desse crédito tem de aumentar em proporcionalidade directa à redução de produção; isto é alcançado por meio de sistemas de crédito/derivativos indexados ao consumo de carbono e de outros recursos (por ex. água).

Orçamentos ligados a variáveis populacionais. Dado que toda a orçamentação será orientada para níveis de vida progressivamente menores, o exercício de redistribuição de riqueza (aqui medida em acesso a serviços, consumo) terá de atribuir "quotas partes" progressivamente menores a cada indivíduo. A alternativa será a redução do número de indivíduos; ou seja, haverá incentivos progressivamente maiores para a redução de população. Na prática, ambos os sistemas serão usados em simultâneo: redução de "quotas partes" e redução de população.

Os únicos limites são aqueles que podem ser impostos à mente humana.

É claro que o mundo **não é** um espaço de limites – a não ser, mentais. É claro que todo este exercício assenta no mesmo ponto a partir do qual é derrotado: a ideia de que o mundo é um espaço de limites. O mundo não é um espaço de limites. Os únicos limites que existem são aqueles que residem na mente humana. São os limites da imaginação, da criatividade e da inteligência. São os limites que o indivíduo pode impor a si mesmo, ou que lhe podem ser inculcados por terceiros. Aliás, é uma norma histórica que as sociedades baseadas nesta ideologia do "mundo limitado" tentam inculcar, nos indivíduos que as compõem, as mais variadas formas de pequenez mental, ausência de criatividade, inteligência reduzida, desamparo socialmente aprendido, pessimismo, ausência de perspectiva. Como Marx poderia ter dito, o mundo físico é conquistado pela conquista e pelo obscurecimento da mente humana – e isto é a essência de materialismo dialéctico, uma doutrina de limites.

Novos recursos, tecnologias, soluções. O mundo não é um espaço de limites. Se existe escassez de recursos, descobrem-se novos recursos e novas formas de utilizar recursos. Inventam-se novas tecnologias. A imaginação nunca é limitada pelo aqui e pelo agora. Thomas Malthus falhou em todas as suas profecias porque menosprezou a capacidade inventiva humana, que desenvolveu novas e melhores formas de agricultura. Se existe um problema, ou um beco sem saída, desenvolve-se uma forma de lidar com isso; nunca se pensa em termos de problema, pensa-se sempre em termos de *soluções*.

"Mundo limitado"/quadrado exige congelamento civilizacional, subjugação mental. Caso contrário, mais valia nunca se ter inventado o fogo e, seria forçoso que todos os ícones de congelamento humano e civilizacional fossem consagrados ao estatuto de heróis olimpianos. O Velho do Restelo, os burocratas do Império do Meio, os inquisidores medievais e os comissários da comuna soviética teriam de ser erguidos como *role models*. Isso seria particularmente ofensivo mas é disso que oligarcas gostam. E, com efeito, é isso que a mentalidade do mundo limitado propõe. Congelar o desenvolvimento da civilização humana num ponto fixo no tempo e adaptar os denizens a esse ponto fixo, pela subjugação da mente humana a "limites", "problemas irresolúveis" e "becos sem saída".

Ex: Sob escassez de crédito, repensa-se o sistema de crédito. Se, hoje, existe escassez de crédito, repensa-se o sistema de crédito. Acaba-se com a ideia de crédito privatizado, de emissão e circulação manipulada pelas entidades privadas que dominam o sistema. Desenvolve-se um sistema de crédito equidistante e imparcial (estatal) que seja o mais justo possível (i.e., com o mínimo possível de oscilações em valor) mas que, ao mesmo tempo, seja orientado para desenvolvimento e crescimento contínuo. Um sistema fiat puramente estatal, cuja emissão é simultaneamente colateralizada por um pool específico de recursos materiais **e** pela taxa de desenvolvimento ambicionada é uma ideia possível aqui. O princípio essencial tem de ser o de reverter aos axiomas que funcionam. Um sistema de crédito visa estimular a produção, ao invés de especular com o seu desmantelamento. Um sistema de crédito honesto visa gerar prosperidade geral descentralizada, ao invés de concentrar a riqueza e estabelecer um sistema de duas classes. Especulação sobre *bens físicos* é algo bom e saudável (é isso que é a real disputa de mercado) mas especulação sobre o *meio de troca de bens físicos*, em preterimento e prejuízo da economia física, é algo de destrutivo e indesejável.

Ex: Problemas energéticos, alimentares, de distribuição de propriedade e riqueza. Se existe escassez de petróleo (não é verdade, mas vamos assumir que sim, hipoteticamente), desenvolve-se fusão a frio, desenvolvem-se novas e melhores formas de utilização de bioetanol, exploram-se avenidas energéticas baseadas em EM, e assim sucessivamente. Se existe falta de comida, simplesmente planta-se mais e melhor. E isto não é feito com quimeras poluentes e ineficientes, como GM. Pelo contrário, estimula-se a pequena e média produção em milhões e milhões de hectares deixados abandonados pelo planeta fora, em África, Ásia, Europa. Por exemplo, uma política de estímulo real à pequena e média agricultura poderia resolver de uma só vez a questão alimentar, a questão energética e, uma boa parte da questão de distribuição de poder,

propriedade e riqueza na sociedade – e isto é o que Diesel ambicionava, quando inventou os seus protótipos. Pequenos e médios agricultores, a trabalhar a título próprio, podem prosperar a plantar cereais que podem depois ser usados como comida e também como fontes para mais e melhores tipos de bioetanol. Isto pode ser adoptado como a base para um modelo mundial de desenvolvimento *real*, onde a família média é incentivada a tornar-se auto-suficiente e a deter e a desenvolver a sua própria propriedade rural. Isto seria, per se, um passo essencial para resolver as questões de distribuição de riqueza, propriedade e poder, nas sociedades respectivas onde fosse implementado.

Ex: População, Oceanos, Espaço. Se não existe espaço para populações (o que não é verdade) ou a taxa esperada de desenvolvimento nas gerações seguintes ameaça desafiar os limites existentes, pensa-se em novas soluções. Por que é que o ser humano havia de viver apenas em solo terrestre? Os oceanos e o espaço são as novas fronteiras. Bons programas de desenvolvimento em ambos, internacionalmente federados, seriam os maiores empreendimentos alguma vez levados a cabo pela humanidade em si. Criariam milhares (senão dezenas ou centenas de milhares) de PMEs, milhões de empregos, a necessidade de inventar e desenvolver novos conceitos tecnológicos. Cidades aquáticas ou subaquáticas, colónias espaciais, a terraformação de planetas (e.g. Marte, seguindo o modelo de dois séculos desenvolvido pela NASA). Tudo isso está à disposição da actual capacidade técnica e inventiva da humanidade. Mas é claro que não será feito enquanto os benefícios corporativos da Goldman Sachs estiverem na linha de prioridades dos governos e, enquanto o homem e a mulher comum forem preservados num estado individual de *arrested development*. Se isso continuar a ser perpetrado, o fogo não terá sido inventado e, os denizens terão de se habituar ao ambiente escuro, húmido e apertado da caverna – nos nossos tempos, a comuna.

O mundo limitado – Metáfora do pão.

"O pão limitado". Esta é a filosofia epistemológica e moralmente corrompida do pão limitado. Perante a escassez de pão, não se encontram mais e melhores formas de produzir pão. Pelo contrário, limita-se a produção, tranca-se o pão existente num armazém e revendem-se as fatias e as migalhas a peso de ouro.

A abordagem Racional seria, claro, obter mais pessoas a produzir pão livremente (através de descentralização de mercado), encontrar novas fontes de recursos (farinha) e novas formas de produzir pão (inovação tecnológica). Expansão e não contracção, geração de mais riqueza e não racionamento e redistribuição de riqueza limitada.

O mundo limitado – Axiomas de base

Mundo é um espaço de limites. O mundo é um espaço de limites, com recursos e oportunidades limitados e finitos.

Exige sistema integrado de gestão. Sob o anterior, a real questão passa a ser a de encontrar um **sistema organizado integrado** que gere o mundo de limites – **gestão**, algo que se faz sobre um espaço contido. Com efeito, sob tal premissa, a ideia de limites ubíquos, deixar que haja organização livre e descentralizada é algo que parece ser impensável e anárquico.

Isto implica maximização de eficiência no uso de recursos. Organização e gestão implica a **maximização de eficiência** no emprego e no uso de recursos e de populações (recursos humanos).

População humana, o factor de desequilíbrio. A população humana é o factor **desiquilibrador**, seja em questões de **quantidade** (número de pessoas) seja em questões de **qualidade** (que características têm, o que fazem, como fazem, como produzem, como consomem).

Gestão de População / Recursos / Ambiente. Pontos anteriores implicam gestão sistémica e total de todas as variáveis que influenciam o funcionamento económico. Temos População e Recursos, mas também Ambiente sócio/económico, a interface entre P e R.

População. Controlo de quantidade e de qualidade.

Recursos. Gestão de produção e distribuição, ou alocação.

Ambiente. O meio total de gestão, a totalidade do ambiente sócio/económico.

TÓPICOS de maximização da eficiência de gestão do "mundo de limites".

TECNOCRACIA. Governo por classes "superiores"; hoje, Tecnocracia, governo por especialistas.

Maximização de eficiência no uso e aproveitamento de recursos implica que se dá o palco central a "quem sabe fazer" e "sabe decidir"; hoje, isto são especialistas e peritos. Na verdade, estamos a falar de classes sacerdotais doutrinadas na ortodoxia. A estas classes é dado o governo técnico da sociedade.

A mais importante casta de especialistas técnicos é a que faz a gestão contabilística do fluxo e da circulação de bens e de recursos – banqueiros.

Depois, temos várias formas de castas pela sociedade fora, em vários ramos e em várias gradações, em cada ramo.

“STATE CAPTURE” / COMUNITARISMO. Não pode haver separação de domínios entre público e privado. Isto é, o público assume controlo sobre todos os privados, depois de ser, ele próprio, sequestrado por um grupo particular específico; que conduz tudo isto.

O espaço comunitário é o espaço onde tudo é um recurso comunitário, no espaço da comunidade (i.e. este espaço público/privado que é propriedade da Oligarquia). Aí, tudo (até as pessoas) está incluído no pool geral de recursos comunitários, ao serviço da Oligarquia.

CENTRALIZAÇÃO. Existe um locus central oligárquico de tomada de decisão, apesar de esse locus poder delegar / descentralizar / autonomizar alguns desses poderes – Subsidariedade. “Centralização descentralizada”, ou “descentralização centralizada” é sempre mais eficiente que centralismo absoluto.

REGIONALISMO, GLOBALISMO (IMPERIALISMO). Maximização total de eficiência exige que o pooling de recursos e de poderes de decisão seja o mais abrangente que possível, sob um sistema standard geral. De preferência, esse sistema deve ser global. Assim, aqueles que “gerem bem” os recursos podem assegurar-se que nem uma migalha é desperdiçada (a racionalização mais colorida de sempre para mero imperialismo). Os que são menos sofisticados não sabem o que fazer com os recursos. Desperdiçam-nos ou desaproveitam-nos; têm de ser “ensinados”.

ESTANDARDIZAÇÃO. Hoje, isto é TQM global. Em linha com os pontos anteriores, todo o ambiente sócio/económico tem de ser estandardizado, tornado previsível e rotineiro, não influenciado por variáveis humanas não-sistemáticas; não-autorizadas.

Na vertente da vida das populações, isto implica uma ou outra forma de estandardização de condições.

MERCANTILISMO. Tem de haver um controlo estrito das actividades económicas.

O mercado tem de ser quotizado e parcelado, com cada quota/fatia a ser distribuída e alocada a agentes autorizados. I.e. todas as actividades económicas têm de ser conduzidas por concessão e por licença.

Isto é feito pelas autoridades consolidadas (público/privadas), que distribuem controlo económico por concessão.

É mais "eficiente" (nem por isso – até é muito ineficiente e destrutivo) se essas actividades forem controladas por grandes grupos de cartel e de monopólio.

Os custos têm de ser mantidos baixos (para assegurar eficiência), o que implica baixos salários e baixa qualidade de produtos.

Não podem haver barreiras tarifárias e protecções económicas a países; é mau para o negócio de maximização de eficiência.

Não podem haver barreiras às actividades dos grandes grupos (mercantis) que são concessionados para actividade económica. Esses grupos têm de usufruir de todo o tipo de vantagens: isenções fiscais e outras regulações de excepção, participação em quadros regulatórios, etc.

RACIONAMENTO / DISTRIBUTISMO / ORÇAMENTALISMO. Em tal meio económico, a mentalidade de "limites" é pervasiva. Não se gera riqueza; redistribui-se, recicla-se, uma quantidade restrita e pré-existente de riqueza.

Os recursos e os meios têm de ser judiciosamente geridos (i.e. racionados e distribuídos). Durante o processo, o governo é um dos actores essenciais neste processo (e.g. por subsídios estatais).

Racionamento não precisa de ser explícito. Pode chamar-se, e.g. gestão de escassez artificial, como acontece com energia.

Mas eventualmente, dá sempre origem a racionamento aberto, com um sistema de alocação de "fair shares" e por aí fora.

AUTORITARISMO, GRADAÇÕES POR CASTAS E SLOTS, TOTALITARISMO.

Como existe um sistema, e é compulsivo, é por definição autoritário, agindo por persuasão amigável ou por coerção violenta.

Toda a sociedade é gerida por crime organizado a partir do momento em que há "state capture", o sequestro do domínio público por particulares.

A vida sócio/política e o próprio ser humano têm, elas próprias, de sofrer algum grau de estandardização.

A sociedade é tipicamente organizada por castas, nichos e slots; espaços funcionais e graduados, que são utilitários. Cada qual tem o seu próprio estatuto sócio/económico; a sua própria condição política; cada qual é o seu próprio nicho psicossocial e cultural, custom-designed para o efeito.

Por sistema, a estandardização da sociedade é feita sob o título de igualdade; na cooptação do conceito. Aqui, igualdade significa uma forma gerível de desigualdade. Um sistema standard precisa de ter várias camadas funcionais de gestão. Isto é válido a toda a linha, em todos os sectores, a cada nível da sociedade. O que vai haver é uma forma mais ou menos descentralizada de oligarquismo, com diferentes grupos oligárquicos a dirigir diferentes níveis da sociedade. Na verdade, o sistema é *absolutamente desigual*; segue os preceitos exactos da gradação sob castas.

Eventualmente, na derivação de todos os pontos anteriores, o sistema tem por necessidade de se tornar um todo inclusivo para obter maximização, optimização, da gestão de recursos (esse é, aliás, o propósito de partida). Isso significa totalitarismo.

SISTEMA TOTAL INTEGRADO.

A forma final pretendida do processo do mundo de limites é a sociedade autoritária, desigual, totalmente gerida – Sistema Total Integrado, i.e. Corporativismo.

A "SOCIEDADE ESTÀTICA" / "ESTADO ESTÁTICO".

A Utopia que é apresentada aos seguidores das ideologias sintéticas que promovem esta visão do mundo.

A ideia é travar/congelar desenvolvimento num ponto "aperfeiçoado" da história.

Obtém-se a "perpetual motion society/economy", um mecanismo estático e previsível (se isto fosse atingível seria o sítio mais banal e tedioso de sempre).

CONTRACÇÃO E AUTO-CANIBALISMO

Oligarquias são incompetentes, colectivamente insanas, ávidas de mais e mais absorção de poder; são tropismos oligárquicos.

A tendência natural de todos os sistemas oligárquicos é a contracção e a implosão; normalmente, só subsistem a partir de reciclagens permanentes, com auto-destruição periódica (e.g. China) e do saque de novos territórios e populações (a história normal da civilização oligárquica).

Existe o doublebind pelo qual a oligarquia tem de absorver e obter cada vez mais coisas mas, ao mesmo tempo, a sua natureza reside em destruição e na incapacidade de construir (oligarquias têm sempre de cooptar construções e ideias alheias, enquanto é possível encontrar tais coisas, i.e. enquanto o mundo ainda não foi tornado *inteiramente* oligárquico)

Quando o mundo se torna inteiramente oligárquico, o que acontece é o que Bertrand Russell disse: uma espécie de Império Azteca à escala global, baseado em destruição,

saque, tortura, genocídio; e a implosão final para a destruição total da civilização, por muitas gerações.

Metáforas: CORPO SOCIAL ----- EMPRESA

Corpo Social, com cérebro, órgãos, tecidos, células.

A Empresa, com shareholders, stakeholders, executive board, níveis de management, braços e departamentos especializados, contendo AH/RH/CH.

Na sociedade como Empresa, temos aqueles que são especiais e tomam as decisões em nome daqueles que são ainda mais especiais, mas bastante discretos, os shareholders. Depois, temos estes braços especializados com alguma autonomia de decisão e de acção.

Metáfora é boa ainda em coisas como HR policy, downsizing, etc.